

O custo da farra da energia limpa¹

Reportagem publicada pelo **Estadão** nesta semana descreve uma situação sui generis no setor elétrico. No dia 10 de agosto, Dia dos Pais, o País por pouco não passou por um apagão. Mas diferentemente daqueles causados por picos de demanda de eletricidade, falhas em linhas de transmissão ou queda de postes, foi o excesso de energia injetado que por pouco não deixou o País às escuras.

Entre as 13h e 13h30 daquele fatídico domingo, o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) teve de mandar desligar quase todas as usinas eólicas e solares centralizadas e reduzir a produção de hidrelétricas e termoeletricas. Por alguns momentos, quem abasteceu o País foi a micro e minigeração distribuída, segmento mais conhecido pelos painéis fotovoltaicos instalados em telhados e em fazendas solares.

O que em tese seria uma boa notícia é, na verdade, um problema de alcance bilionário e que, a exemplo da maioria das crises que acometem o setor elétrico, pode sobrar para o consumidor. Embora estejam à disposição do sistema, os geradores são obrigados a reduzir a produção de energia de forma a manter a rede estável para aqueles que não estão sujeitos às ordens do ONS – no caso, os detentores de painéis solares.

De acordo com o Instituto Acende Brasil, o prejuízo gerado por esses cortes até agosto é de R\$ 3,85 bilhões, valor que, segundo a entidade, compromete o equilíbrio econômico-financeiro dos empreendimentos afetados e que pode provocar uma crise no setor elétrico.

Como o consumidor pode perceber em sua conta de luz, o excesso de oferta não tem se convertido em preços mais baixos. Isso se deve ao fato de que essa fatura não é estrutural, mas pontual.

Só há sobra de energia enquanto o Sol brilha forte. Assim que anoitece ou em dias nublados ou chuvosos, o ONS ordena que as mesmas usinas que determinou que parassem mais cedo entrem em operação imediatamente para abastecer o País.

O problema tem sido cada vez mais frequente e, a bem da verdade, não está restrito ao Brasil. Mas as soluções técnicas que alguns países têm adotado para resolver a pendenga não são simples de adotar por aqui – sobretudo por razões políticas.

Isso porque o Congresso, da mesma forma que assumiu o controle de parte do Orçamento, passou a ter a última palavra sobre o planejamento e expansão do setor elétrico nos últimos anos. É ao Congresso que os lobbies recorrem quando não encontram respaldo a seus pedidos no governo.

Fragmentado em dezenas de associações, o setor elétrico trava uma guerra fratricida para terceirizar custos e prorrogar subsídios. Todo projeto de lei ou medida provisória que tramita no Congresso sai de lá com um novo jabuti para garantir um privilégio.

¹ Artigo publicado no Estadão. Disponível em:

https://www.estadao.com.br/opinia/o-custo-da-farra-da-energia-limpa/?srsltid=AfmBOooT_xso1V9b27IKOx7NVpdeyAJI87LKnvJ6SklpVKn6SeMnb9QFM Acessado em 08.10.2025

Boa parte da expansão dos investimentos em energia renovável – sejam usinas eólicas e solares centralizadas, sejam painéis fotovoltaicos – se deu por meio de subsídios criados quando essas fontes não eram competitivas e precisavam deles para se viabilizar.

Esses subsídios já não são mais necessários há tempos, mas continuam a ser pagos por milhões de consumidores que nem sabem que patrocinam esses empreendimentos. Se eles fossem extintos, a conta de luz ficaria mais barata, mas, como são mantidos, têm ampliado o lucro dos empreendedores.

Nas poucas vezes em que o Executivo tentou retirar ou reduzir esses incentivos, o Legislativo se insurgiu contra cada uma das iniciativas. Mas quando esses custos chegam às tarifas na forma de tarifaços, os parlamentares culpam a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Foi assim que o País chegou a esse paradoxo. Há muita energia limpa e intermitente disponível nos horários com baixo consumo, mas pouca energia firme – e, muitas vezes, poluente – para atender o consumidor quando ele mais precisa.

O consumidor não pode pagar por essa farra. A solução não é gastar mais na construção de linhas de transmissão para escoar essa sobra, mas passa por distribuir esses custos a todos os geradores que causaram esse excesso de oferta, inclusive os donos de painéis solares, e por dar fim a subsídios que já deveriam ter acabado há anos.